

Missão do FMI inicia visita para preparação de programa

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

A missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) chega finalmente ao País neste fim de semana e já na segunda-feira dá início aos trabalhos em Brasília. Desta vez, mais do que uma simples missão de coleta de dados, a visita envolve a preparação de um programa econômico com o Brasil que servirá de base para o acordo formal, do tipo "standby", que o governo pretende assinar com aquele organismo internacional no início do ano que vem.

O FMI mantém como receita o tratamento de cunho ortodoxo para os planos de ajuste econômico dos países que o procuram — com ênfase no equilíbrio das finanças públicas e do balanço de pagamentos — mas o atual cenário de inflação ascendente, com gastos públicos fora de controle às vésperas de um ano eleitoral, vai exigir esforço de imaginação também da parte do Fundo. "Será um desafio", conforme avaliou na sexta-feira para este jornal uma categorizada fonte do governo.

Além do representante do Brasil no FMI, economista Alexandre Kafka — pelo que se informou na sexta-feira, ele estaria voando para o Brasil naquele dia —, são esperados como membros da missão oficial do chefe da divisão do Atlântico Sul, Thomas Reichmann, seu adjunto, Carlos Muniz, a responsável pelo departamento que cuida de Brasil, Doris Rossi, e os economistas Guercindo Oliveros e Eric Clifton. A expectativa, no Banco Central, é de que a missão permaneça no País por duas semanas em contatos com técnicos das mais diversas áreas do governo na tentativa de saber "o que está na cabeça dos formuladores da política econômica brasileira". Nesta segunda-feira, a primeira tarefa será justamente definir a agenda de encontros em Brasília.

Até sexta-feira, conforme informou a este jornal uma fonte do Ministério da

Fazenda, não havia nenhum encontro previsto entre o chefe da missão, Thomas Reichmann, e o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, mas é certo que o representante brasileiro no Fundo, Alexandre Kafka, estará com o ministro antes de este viajar para o México. Bresser vai acompanhar o presidente da República, José Sarney, à reunião dos presidentes dos países latino-americanos que compõem o Grupo dos Oito. O encontro realiza-se em Acapulco, no México, nos dias 27 e 28 próximos.

O ministro da Fazenda só estará retornando ao País na terça-feira da semana que vem. Ele segue do México direto para Nova York, atendendo ao convite de proferir uma palestra na New York Society for International Affairs, onde falará sobre economia brasileira e dívida externa, dando ênfase à proposta brasileira da securitização, a troca da dívida por bônus de longo prazo. O secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, embaixador Rubens Barbosa, e o assessor especial para a Dívida Externa, Fernão Bracher, viajam com o ministro de Acapulco para os Estados Unidos e lá recebem a companhia do diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas. Bracher e Seixas, no entanto, não retornam ao Brasil junto com o ministro Bresser Pereira. Eles ficam nos Estados Unidos para dar prosseguimento às conversações com o comitê assessor de bancos credores em torno da proposta de renegociação da dívida.

Neste ponto é que se amarra a vinda da missão do FMI ao Brasil já que o aval desse organismo internacional à política econômica do País é peça fundamental no acordo que o País busca junto aos credores privados. "O ministro da Fazenda está consciente das dificuldades políticas internas em torno de um acordo com o FMI mas vai brigar por isso a partir de meados de janeiro", segun-

do confidenciou uma conceituada fonte do governo.

Bresser Pereira terá, na verdade, de brigar em dois fronts" porque também com os credores privados será preciso desenvolver um esforço de convencimento para fazer valer a intenção brasileira de só concretizar um acordo formal com o FMI depois de concluído o acordo com o comitê assessor de bancos. De todo modo, um acordo do tipo "stand-by" com o FMI dará ao Brasil a possibilidade de obter dinheiro novo deste organismo, além de abrir as portas à negociação em outros fóruns como o Clube de Paris — onde se negocia a dívida contraída com agências de crédito de governo ou com seu aval — e com o Banco Mundial.

Calcula-se, no governo, em torno de US\$ 1,5 bilhão o volume de dinheiro que o País teria garantido para o ano que vem desde que assine o compromisso com o FMI. Um acordo do tipo "stand-by" tem algumas diferenças do acordo do tipo "extended facilities" que o Brasil buscou com o FMI em 1982. Uma delas é que o sistema "stand-by" prevê a colocação de um volume de recursos à disposição do País que necessariamente não precisa ser sacado. Isso chegou a acontecer com a Colômbia, para quem, dentro de um entendimento do gênero, o desembolso acabou sendo brechado.

Quando a missão do FMI chegar ao País, já terá retornado para os Estados Unidos a missão de economistas do subcomitê do comitê assessor da dívida externa, que viajou de volta na noite de sexta-feira. Os quatro técnicos representantes dos bancos credores — Ilona Beer, Arturo Przecanski, Thomas Trebat e Frank Fernandez — trabalharam basicamente, no três dias que ficaram em Brasília, em cima de simulações com vistas a uma nova definição para o modelo de crescimento econômico do País, que coloca agora a expansão do PIB (Produto interno Bruto) como uma variável endógena e não mais exógena, como era tratada no modelo montado para o Plano de Consistência Macroeconômica. Isso quer dizer que se parte agora da meta de 6% para o PIB em 1988 e de 7% para o PIB em 1989 para se chegar aos níveis de poupança interna e exter-

na. Esse aperfeiçoamento tornou-se necessário para dar consistência ao modelo e atende, na verdade, a uma colocação que os bancos credores já haviam feito antes, quando o programa econômico foi anunciado. Essa foi, vista por outro lado, a maneira encontrada para que o governo não tenha de rever aquelas metas para o PIB que estão contidas em outros planos brasileiros, incluindo aí o Programa de Ação Governamental (PAG) e evitar, assim, problemas de ordem política.

Dentro desse novo modelo foram revistas as projeções para o balanço de pagamentos nos próximos dois anos. Os economistas do comitê de bancos devem receber dentro de uma semana as novas estimativas para as contas externas com números que vão orientar as próximas discussões de Bracher e Seixas com os credores. Esses números vão dizer, na ponta do lápis, de quanto o País precisará para refinar os juros da dívida externa.